



----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS,
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
ATA NÚMERO VINTE E NOVE

(Mandato 2021-2025)

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, nas instalações do Grupo Excursionista “Os Económicos”, sítio na Rua da Beneficência, número cento e quinze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas (*ANEXO 1*), sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária.

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (*ANEXO 2*), para além dos mencionados, os seguintes Membros:

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Américo Manuel de Brito Vitorino, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes e Maria Eulália Gomes Frazão.

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira, Jorge Manuel Serra D’Almeida, André Oliveira Carrilho e José Manuel Lopes Nunes Tierno da Silva.

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio e Pedro Miguel da Silva Gonçalves.

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes.

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos.

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval.

----- **Do Partido “CHEGA” (CHEGA)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:

----- 1. Aprovação das atas nº 25, 26 e 27, referentes às sessões de 29 de julho, 19 de setembro e 11 de novembro de 2024;

----- 2. Informação Escrita do Presidente – 4º trimestre de 2024;

----- 3. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2024 - Proposta nº 01/PRES-TCM/2024;

----- 4. Apreciação, Debate e Deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Proposta nº 236/PRES/2024;

----- 5. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Mapa de Pessoal para 2025 – Proposta nº 232/PRES/2024;

----- 6. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Projeto de Alteração ao Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Avenidas Novas – Proposta nº 214/PRES/2024;

----- 7. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Avenidas Novas – Proposta nº 235/PRES/2024;

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros (*ANEXO 3*):

----- José Manuel da Luz Cordeiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Eulália Frazão.

----- Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carrilho.

----- Dora Helena de Albuquerque Lampreia, que justificou a sua ausência e foi substituída por



J
MM
LJ

José Tierno da Silva, que não compareceu. -----

----- Francisco Maria de Sousa Machado Lopes Matias. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Cristina Maria Fernandes Duarte Martins, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Sónia Marisa Magro Madeira da Cunha, Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo e Luís António dos Santos Duarte. -----

----- Às vinte horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**. -----

----- Agradeceu ao Grupo Excursionista “Os Económicos” por ceder esse espaço tão bonito que tinham dentro da Freguesia e que permitia estar no coração da Freguesia e junto das pessoas que mais se sentiam afastadas dos centros de poder e decisão. Era sempre bom irem ao Bairro de Santos ao Rego para demonstrar que a Assembleia de Freguesia era plural e gostava de estar junto das populações. -----

----- Informou que para o PAOD, que eram 60 minutos por Lei, estavam previstos 8 minutos por cada força política. Caso alguém necessitasse de mais que os 8 minutos poderia haver lugar a cedência de tempo, caso alguma força política o quisesse fazer. Testariam o método nessa Assembleia de Freguesia, se a Mesa achasse que o método funcionava bem seria adotado em Assembleias de Freguesia futuras. -----

----- Informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia solicitou a retirada do ponto 7.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- (Não se verificou nenhuma inscrição) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** propôs que se chegasse alguém e quisesse falar no final dos trabalhos poderia fazê-lo, tendo obtido a anuência da Assembleia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que os documentos sujeitos à votação seriam votados nos quatro minutos que ficavam no final do período. No final do PAOD fariam a votação de todos os documentos que fossem, entretanto, discutidos. -----

----- **Submeteu à votação a admissibilidade dos seguintes documentos:** Moção sobre mobilidade sustentável, apresentada pela CDU, Moção sobre mais mobilidade melhor qualidade de vida, apresentada pela CDU, Moção de saudação de apoio e reconhecimento ao grupo de xadrez Alekhine, apresentada pela CDU, Voto de Louvor ao grupo dos eurodeputados eleitos em 2024, apresentado pelo CHEGA, Moção sobre eleições norte-americanas e futuro de valores, apresentada pelo CHEGA, Voto de Louvor a Elon Musk, apresentado pelo CHEGA, tendo a Assembleia deliberado pela sua admissibilidade. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** agradeceu aos corpos sociais do Grupo Excursionista “Os Económicos” pela cedência desse magnífico espaço do movimento associativo da Freguesia. -----

----- Apresentou as **Moções** intituladas “*Mobilidade sustentável*” (ANEXO 4), “*Saudação de apoio e reconhecimento ao Grupo de Xadrez Alekhine*” (ANEXO 5) e “*Mais mobilidade melhor qualidade de vida*” (ANEXO 6). -----

----- Disse que o PCP nas suas visitas regulares aos bairros da Freguesia fez uma visita ao Bairro Azul e com a associação de moradores foram apresentados vários problemas, mas também foram apresentadas várias soluções para minimizar alguns dos problemas existentes naquela zona da Freguesia, pelo que tinham uma moção no sentido de ser promovida a criação de um novo acesso rodoviário junto do Teatro Aberto, chamando vulgarmente uma rotunda, para que o trânsito não



entrasse dentro do Bairro Azul para ter que fazer a respetiva alteração de trânsito dentro dessas artérias.

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** apresentou os **Votos de Louvor** intitulados “*Ao Grupo dos Euro Deputados do CHEGA eleitos em 2024*” (*ANEXO 7*) e “*A Elon Musk e à reposição da liberdade de expressão*” (*ANEXO 8*), bem como a **Moção** intitulada “*Eleições Norte-Americanas e o Futuro dos Valores*” (*ANEXO 9*). -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que o PSD votaria contra todos os documentos apresentados pelo CHEGA. -----

----- Em relação às propostas da CDU, na intervenção o Eleito do PCP falou algo diferente do que estava no texto. Na moção “Mais Mobilidade, Melhor Qualidade de Vida”, o texto dizia que a Câmara Municipal estudasse a possibilidade de criação de um acesso”. Não era a criação de um acesso, era que estudasse o mesmo, porque havia diversas questões técnicas respeitantes a isso. Com esse texto votariam favoravelmente o documento do PCP. -----

----- Votariam favoravelmente a moção sobre mobilidade sustentável, com o reparo de que parte disso dependia essencialmente da boa vontade e da estratégia da Carris ou das Infraestruturas de Portugal. Concordavam que a Junta de Freguesia desenvolvesse os esforços nesse sentido. -----

----- Também votariam favoravelmente em relação à saudação de apoio e reconhecimento ao grupo de xadrez. -----

----- Tinha ainda uma nota, um esclarecimento do PCP em relação ao ponto que dizia “Promover negociações com a Infraestruturas de Portugal para proporcionar à população o acesso ao apeadeiro da estação de Entrecampos já construído”. O PSD entendia que isso não podia ser compreendido como colocar o apeadeiro em funcionamento. Estavam a falar de um comboio urbano, uma linha específica, não fazia sentido o apeadeiro funcionar para comboios a 200 ou 300 metros da estação a seguir. Que isso ficasse claro, porque de outra forma teriam de pedir a votação por pontos. Não podiam acompanhar que o apeadeiro passasse a ser utilizado quando a estação estava bastante próxima. -----

----- **Membro Jorge Serra D'Almeida (PS)** disse que sobre a saudação que a CDU apresentava não teria mais nada a acrescentar, nem ia dar lições de xadrez ao João dos Santos, nem pouco mais ou menos, mas apenas dizer que era um trabalho com largas dezenas de anos de existência e que no mandato anterior aproveitaram um dos seus elementos, o professor António Garcia, para dar aulas na escola Mestre Arnaldo Louro de Almeida. -----

----- Tinham relatórios trimestrais e finais dos anos de 2019 a 2021. Havia estudos internacionais que demonstravam que a atividade do xadrez proporcionava mais elevados níveis cognitivos. -----

----- Lembrava-se que na altura, numa Assembleia em que tinha falado nisso, houve um senhor da assistência que disse “finalmente alguém aqui fala de xadrez”. O doutor Jorge Barata disse que isso não estava esquecido. Na altura não funcionava, soube depois que isso funcionou por intermédio de alguém que falou com a Câmara, pena que não tivesse continuado com o professor que estava em funções e nem se podia pôr o caso, era fácil verificar, as contas estavam certas, que era algo de dispendioso. -----

----- Não tendo a ver com o xadrez, mas com as escolas do ciclismo, estenderam depois também à escola de São Sebastião. -----

----- Obviamente que votariam a favor. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que queria falar sobre a mobilidade sustentável que a CDU colocava ali como moção. Pensava que isso era mais uma recomendação, mas tinham sempre essa discussão relativamente aos documentos. A moção era para definir princípios



orientadores, ali estavam a fazer recomendações ao Executivo relativamente a vários assuntos, pelo que achava que devia ser recomendação e não moção.

----- Relativamente aos quatro pontos, os pontos 1 e 3 já foram à Assembleia e tiveram os votos favoráveis do PS e continuariam a ter.

----- O ponto 3 era acesso ao apeadeiro existente, não era mexer nada, era criar um acesso e não um novo apeadeiro.

----- Relativamente ao ponto 2, propor à Carris a criação da linha circular, tinha a ideia que o Senhor Presidente da Junta já tinha prometido que o 52-B ia ao centro de saúde. Por acaso não tinha utilizado, não sabia se já ia ao centro de saúde ou não... ia pelo outro lado do centro de saúde.

----- Em relação à EMEL, já tinham as bicicletas no mercado, faltavam nos outros pontos.

----- Não viam inconveniente em que os pontos fossem votados em separado, mas iriam dar a aprovação a todos os pontos. Tinham dúvidas no 52-B, mas visto que isso ainda não ficou resolvido iriam também votar favoravelmente.

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que o documento do PCP era identificado como moção, mas materialmente era uma recomendação, "Mais mobilidade, melhor qualidade". Não conseguia perceber onde era sugerido colocar a rotunda e também tinha receio que a colocação de uma fluidez do tráfego ali na Rua Armando Cortez pudesse provocar mais pressão de trânsito dentro do Bairro Azul. Estudar uma solução que podia provocar mais impacto de trânsito, não estaria disponível para votar favoravelmente e era isso que queria perceber.

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que tinha estado a ponderar se iria dizer alguma coisa ou não perante as moções do CHEGA, porque achava que ao falar sobre elas estavam a dar alguma relevância eventualmente até excessiva, mas havia coisas que eram de tal maneira aviltantes que tinha de dizer alguma coisa.

----- De facto, a falta de respeito pela Assembleia e pelos fregueses da Freguesia ia crescendo e quando assistiram ali há uns tempos a uma proposta do CHEGA de permitir o estacionamento livre na Freguesia aos eleitos pensava que tinham atingido aquele patamar máximo de disparate nas propostas ali apresentadas, mas percebia que não, afinal havia mais caminho nesse espaço e o CHEGA não parava de surpreender sempre pela negativa.

----- A necessidade de apresentar moções, deviam ter moções à peça, vendiam ao quilo, fazia ter ali um voto de louvor aos eleitos do CHEGA que foram eleitos há mais de seis meses para o Parlamento Europeu. De facto, não tinha visto muito por ali, dentro do CHEGA devia ser o único que queria muito louvar os eleitos do CHEGA no Parlamento Europeu, ia ali fazê-lo mais de seis meses depois da sua eleição.

----- Isso já era suficiente para dizer qualquer coisa, mas depois disso apresentaram ali duas moções, uma sobre as eleições americanas e outra que era cómica sobre o Elon Musk. Independentemente do fascínio pessoal que o Eleito do CHEGA pudesse ter pelo Elon Musk, era o homem mais rico do mundo, tinha nesse momento um património superior a 400 mil milhões de euros e por aí também se via ao lado de quem o CHEGA gostava de estar. O CHEGA gostava de estar falando de liberdade ao lado daqueles que apropriaram uma riqueza dessa dimensão. Nem conseguia imaginar o que isso era, um valor absolutamente colossal e perturbador da liberdade, porque podia garantir que quem tinha 400 mil milhões de euros tinha muito mais direitos, muito mais poder, muito mais liberdade do que os mil milhões de pessoas que viviam abaixo do limiar mínimo de pobreza, que com esses o CHEGA não se preocupava.

----- Uma vez que estavam a falar de política mundial, que não deviam estar a discutir ali na



J
d
B

Freguesia, mas já que o estavam a fazer gostava de ver ali o CHEGA apresentar uma moção para saber de que forma a Freguesia podia ajudar os mil milhões de pessoas que viviam abaixo do limiar mínimo de pobreza, com menos de dois dólares por dia para viver e que, esses sim, gostariam muito que não houvesse ricos que pudessem acumular uma riqueza dessa dimensão, que tornava o mundo mais injusto, menos igualitário e onde haveria muito menos liberdade. Se era de liberdade que queriam falar, então falavam assim.

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que em vez de discutirem as propostas todas em grupo gostava mais de analisar e discutir cada uma e depois votar. Achava melhor, assim era melhor para si e presumia que para os restantes também.

----- Começando pela CDU, sobre a mobilidade sustentável e tirando o primeiro parágrafo, que tinha muito que dizer e não queria entrar por aí, havia coisas com as quais concordavam e coisas que podiam ser discutidas e estudadas rapidamente para tentar perceber se fazia sentido ou não. Havia coisas que não conseguia perceber, nomeadamente as linhas do autocarro, etc., mas partindo do princípio da necessidade disso iriam votar essa moção favoravelmente.

----- Em relação à mobilidade no Bairro Azul, não tinham dados suficientes. Percebia que era para a Câmara estudar e nesse sentido tinha falado com a Patrícia que iriam votar a favor, mas gostava de perceber quem era representado nessa associação, se era a maior parte da população, se podiam dizer que de facto representavam o Bairro Azul. Presumivelmente iriam votar a favor, mas gostaria de ouvir mais sobre isso.

----- Relativamente ao CHEGA, concordava que pelo menos a moção dos eleitos para o Parlamento Europeu era conteúdo partidário, isso ficava bem numa convenção do CHEGA e não tinha cabimento ali. Por muito que fosse contra o wokismo, era a favor de umas coisas e contra outras, achava que isso não tinha cabimento nessa Assembleia. Materialmente o conteúdo, de facto tinha votado a favor que isso fosse votado ali, mas não tinha cabimento numa Assembleia de Freguesia.

----- Sobre os dois louvores, iria votar de maneira diferente da Patrícia. Interpretava isso como um louvor à liberdade de expressão e à democracia, votaria favoravelmente e pedia atenção ao Senhor Presidente de que iriam votar de maneira diferente.

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que em relação ao grupo de xadrez não tinham qualquer problema em passar de moção para saudação. O PCP gostava muito da palavra moção, com a sua força, mas não tinham qualquer problema democrático de aceder. Consideravam que o xadrez era uma atividade muito relevante para dinamizar também a atividade dos alunos a melhores resultados nas escolas.

----- Relativamente à moção sobre a mobilidade sustentável, podiam claramente passar para recomendação. No que dizia respeito ao ponto 3, “promover negociações com as Infraestruturas de Portugal para proporcionar à população um acesso pedonal em segurança ao apeadeiro”, era esse o objetivo. Chegava-se ao fundo da Rua da Beneficência e aceder ao acesso, não queriam que o comboio parasse mais cedo.

----- Na recomendação “mais mobilidade e mais qualidade de vida” era a criação do estudo.

----- **Membro Pedro Bandeira Duarte (CHEGA)** disse que se combatia a pobreza no mundo era combatendo o socialismo na Venezuela e em Cuba, era assim que se combatia a pobreza no mundo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Moção “Mobilidade Sustentável”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.



----- Submeteu à votação a **Moção “Mais mobilidade, melhor qualidade de vida”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----
----- Submeteu à votação a **Moção “Saudação de apoio e reconhecimento ao grupo de xadrez Alekhine”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU e BE), 1 voto contra (CHEGA) e 2 abstenções (IL)---
----- Submeteu à votação o **Voto de Louvor “Ao Grupo dos Euro Deputados do CHEGA eleitos em 2024”**, apresentado pela CHEGA, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 16 votos contra (PSD, PS, CDS-PP, IL, CDU e BE) e 1 voto a favor (CHEGA) ---
----- Submeteu à votação a **Moção “Eleições Norte-Americanas e o futuro dos valores”**, apresentada pelo CHEGA, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 14 votos contra (PSD, PS, CDS-PP, CDU e BE) e 2 votos a favor (1IL e CHEGA) e 1 abstenção (1IL)---
----- Submeteu à votação o **Voto de Louvor “A Elon Musk e reposição da liberdade de expressão”**, apresentado pelo CHEGA, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 13 votos contra (PSD, PS, 2CDS-PP, CDU e BE), 2 votos a favor (1IL e CHEGA) e 2 abstenções (1CDS-PP e 1IL)-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que a Mesa tinha recebido do Senhor Presidente da Junta de Freguesia o pedido para incluir um ponto na ordem de trabalhos. Tratava-se do contrato interadministrativo de cooperação da higiene urbana, que foi recebido na Junta de Freguesia no dia 17 de dezembro e por isso não foi disponibilizado atempadamente aos Senhores Eleitos. Como estava plasmado na Lei, tinha de colocar à votação a admissibilidade desse ponto na ordem do dia, sendo que passaria a ser o ponto 7, uma vez que o ponto 7 foi retirado. -----
----- Submeteu à votação a **inclusão na ordem de trabalhos da proposta de contrato interadministrativo de cooperação da higiene urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 1 - Aprovação das atas nº 25, 26 e 27, referentes às sessões de 29 de julho, 19 de setembro e 11 de novembro de 2024;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 25**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 26**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 27**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 2 - Informação Escrita do Presidente – 4º trimestre de 2024 (ANEXO 10);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era a altura oportuna para dizer ao Senhor Presidente da Junta que tinha tomado contato com a revista da Freguesia umas semanas atrás, um documento com várias páginas onde todas as atividades da Freguesia estavam perfeitamente divulgadas. Dava os parabéns por essa divulgação, fazendo nota que ficava um pouco triste por a Assembleia de Freguesia ter sido esquecida nesse documento e dava a sugestão de que no próximo número pudesse dedicar umas linhas à Assembleia de Freguesia. Não precisava de foto, o protagonismo era todo dos 19 eleitos e não seu. Poderiam dedicar algumas linhas à Assembleia de Freguesia, que era o órgão colegial da Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que podia garantir que na próxima revista fariam algo relativo à Assembleia. -----



JY
B

----- Julgava que já todos tinham lido a informação, estava pormenorizada e bem escrita com tudo aquilo que efetivamente se tinha feito. Portanto, nesse momento nada mais tinha a dizer. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que mais uma vez realçava as informações escritas bem mais completas, isso foi uma luta ao longo do mandato e com sucesso, tinham de reconhecer isso, havia uma informação mais abrangente das atividades da Junta de Freguesia, de alguns pontos com mais profundidade, o que naturalmente agradeciam. Permitia-lhes acompanhar com atenção, periodicamente, o funcionamento da Junta. -----

----- Só queria frisar dois pontos e o primeiro tinha a ver com os CDCs. Recordava que aprovaram ali cerca de três milhões de CDCs com a promessa de que teriam informação regular sobre os mesmos e essa informação ia agora na informação escrita do Senhor Presidente. Tinham pedido uma informação mais regular e mais detalhada, porque era um valor muito elevado face ao Orçamento. -----

----- Realçava que as obras da sede seriam importantes, mas já passaram de 410 mil para 592 mil euros e no Orçamento continuavam a ter um valor significativo das verbas englobadas no CDC. Chamava à atenção para essa matéria e continuava a chamar a atenção que aprovaram inicialmente um quadro de trabalhos e ele ia sendo modificado a cada trimestre sem que o órgão deliberativo que podia aprovar essas entidades alguma vez se tivesse pronunciado sobre as mesmas. -----

----- Na ótica colaborativa das forças políticas que tinham mantido ao longo desse mandato não tomaram nenhuma posição sobre essa matéria, mas frisava mais uma vez que gostariam de ir sendo informados dessas alterações e do porquê dessas alterações. -----

----- Os quiosques do jardim Julieta Ferrão eram 91 mil euros, o quiosque no jardim Amália Rodrigues, sabia que era também um campo de jogos, eram 262 mil euros e dava quase para fazer uns apartamentos. Portanto, chamava a atenção para essa matéria e também aí não tinham informação sobre o projeto e sobre a dimensão daquilo que se pretendia fazer. -----

----- Finalmente, um dos aspectos que ia descrito com grande precisão na informação escrita tinha a ver com os custos na higiene urbana, que grande parte do que faziam era por delegação de competências da Câmara. Estava explanado no Orçamento, e bem, que o valor que a Câmara pagava era bastante inferior àquilo que a Junta gastava. Um Orçamento que já ia sendo comido ao longo dos anos pelo aumento do salário mínimo e o aumento das despesas, devido à inflação, era ainda afetado pelo fato de a Câmara não pagar o custo total dos serviços efetuados. -----

----- Não sabia se, relativamente aos CDC, já tinha sido negociada a alteração dos valores, mas recomendava fortemente que se continuasse a negociar com a Câmara a melhoria dos valores para a higiene urbana, onde nitidamente já estavam a subsidiar a Câmara Municipal e qualquer dia, já tinha dito isso uma vez, teriam de alinhar com a CDU em considerar como mais razoável passar novamente para a Câmara esse tipo de serviços. -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que antes de mais queria fazer suas as palavras do Partido Socialista em relação à qualidade do documento e a transparência do mesmo, o que permitia analisá-lo de uma forma diferente. Esse foi um caminho com sucesso. -----

----- Em relação ao documento só duas notas, que era um alerta. Tinha estado a ver com alguma atenção os dados referentes ao absentismo, já tinha falado disso no passado, continuava a ser elevada. Tinha visto também o número de horas extraordinárias, algo que causava um alerta em relação a essa componente e precisava que de alguma forma o Executivo tivesse alguma atenção em relação a isso, dada a dimensão das horas extraordinárias que estavam explanadas, um dos meses chegava a mil horas. Havia uma atenção de enquadramento em relação a isso. -----



J
F
B

----- Finalizava com uma referência, um pouco aquilo que foi dito pelo PS em relação aos contratos com a Câmara. Por exemplo na higiene urbana houve um reforço para esse ano de um milhão de euros, no próximo ano haveria um reforço de outro milhão de euros, estavam a falar de um reforço de dois milhões na higiene urbana.

----- A informação que tinha era que para o próximo ano, dados que as Juntas já possuíam, os contratos seriam firmados no primeiro trimestre, anual e não semestral, o que permitia não suceder o financiamento de algum dos setores nesses contratos entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Essa era uma questão que estava em fase de resolução, em fevereiro ou março haveria um contrato anual no caso específico da higiene urbana. Não sabia exatamente como seriam os outros, mas na higiene urbana seria isso e o ano inteiro.

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que não iam ali só para dizer mal, também diziam bem, o documento devia continuar nos mesmos moldes, mas sempre com melhorias e sugestões da oposição.

----- Tinham algumas notas em que gostariam de ser esclarecidos, por exemplo era referido que foram atribuídos poucos apoios a associações e o que perguntava era se esse apoio estava mal divulgado, se os valores eram reduzidos. Mais que uma vez alertaram para a necessidade do regulamento ser revisto, para que fosse aumentado o valor e a sua abrangência.

----- Depois repararam também numa questão, nas intervenções da brigada de intervenção rápida vulgarmente conhecida por BIR, parecia resumir-se a quatro tarefas. Parecia manifestamente pouco para uma das funções primordiais de uma Junta de Freguesia, que era a proximidade com os seus fregueses, atender a todos aqueles pequenos problemas que existiam. Resumir a intervenção da BIR a quatro tarefas parecia manifestamente pouco.

----- Estava-se a entrar no último ano do mandato, no início foram apresentadas várias sugestões para o melhoramento da zona junto ao viaduto da Rua Filipe da Mata, passaram praticamente três anos e ainda não havia novidades sobre as obras no viaduto, não havia informação sobre o seu arranque, sobre o seu plano. Havia tantas situações que estavam paradas por causa dessas famosas obras e gostariam de saber se existia alguma novidade para o próximo ano.

----- No elevador do Rego a mesma questão, via-se que houve alguma manutenção por causa do vandalismo, mas gostariam que fosse explorada outra solução.

----- Foi acrescentado um ponto sobre a higiene urbana, tinham a questão da recolha e depósito de resíduos, havia alguns locais mais problemáticos e gostariam de saber o que o Executivo tinha feito para minorar esses problemas.

----- Havia uma nota sobre as despesas com pessoal, verificaram que nesse momento existiam 99 prestações de serviço, avenças. Os maiores casos estavam na área do desporto e na higiene urbana. Havia outras soluções, continuavam com um nível elevado de precariedade na Junta de Freguesia, o que não lhes agradava de todo.

----- Perguntou para quando a abertura do quiosque na Praça Nuno Gonçalves, sendo que já estavam a entrar no último ano de mandato. Inicialmente havia problemas com a rede elétrica, depois era com licenças. Agradecia se pudessem dar algumas respostas.

----- Relativamente aos quadros apresentados nas páginas 55 e 57, sobre a evolução da receita e a execução da despesa, via-se uma baixa execução orçamental e gostariam que explicassem a razão dessa mesma baixa execução.

----- Já foi referido o quadro sobre os cinco eixos que estavam por executar e verificavam que existia quase 1 milhão e 700 mil para executar no próximo ano. Gostariam de saber se ia ser possível executá-los ou não e se podiam ou não ter minorado essa questão do que propriamente



JL
JL
GG

deixar um milhão e meio para o último ano, tendo em conta que até era mais curto perante o período eleitoral que se avizinhava.-----

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que os ecopontos e os contentores eram competência da Câmara, mas perceber se a Junta já interpelou a Câmara no sentido de tentar uma agilização da limpeza à volta dos ecopontos e dos contentores e se isso era uma prioridade, porque de facto os contentores e os ecopontos por vezes estavam numa situação lastimável.-----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que havia um assunto tratado na página 3 da informação escrita do Presidente e que lhe parecia ser algum “elefante na sala”, era importante ser perguntado. Era dito que na reunião número 80 de Executivo o Senhor Presidente informou que passados três anos do início do mandato o pelouro da tesouraria seria retirado à Vogal Sónia Cunha para ser transferido para a Vogal Cristina Martins. Tendo em conta a importância central desse pelouro, decorrido que estava já mais de metade do mandato, perguntava qual foi a bondade dessa decisão, qual era o racional que estava por trás disso. Preocupava-os que nessa altura houvesse uma decisão nesse sentido, ainda para mais havendo uma Vogal que ficava sem pelouros.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, em relação à BIR, disse que era um grupo de pessoas que tinha feito um trabalho extraordinário ali na Freguesia de Avenidas Novas. Deviam ver por toda a Freguesia o trabalho que eles desempenhavam, não só ir a casa das pessoas porque precisavam de mudar uma lâmpada, um frigorífico que se avariou, uma série de coisas. A brigada de intervenção rápida fazia muito trabalho em relação aos fregueses da Freguesia.-----

----- Em relação ao elevador, como sabiam, aquilo eram elevadores de prédio e não eram elevadores de rua. Ia ter uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, para falarem sobre esse assunto fundamental. Julgava que até ao final do ano os elevadores estariam a funcionar os dois em pleno. Estava nesse momento um elevador avariado, mas havia uma carrinha permanente a transportar as pessoas de um lado para o outro.-----

----- Sobre os lixos, tinham feito muito na Freguesia. A Freguesia estava muito melhor do que quando tinha entrado, tinham pessoal da higiene urbana muito competente, trabalhador, que se esforçava fundamentalmente para poder estar a Freguesia limpa. Com certeza já deviam ter visto.-----

----- Havia muita coisa que não era da Junta de Freguesia, era da Câmara, mas pegavam nesse lixo. Ainda nesse dia um Senhor Eleito lhe enviou uma fotografia dos caixotes de lixo cheios, mas à volta dos caixotes estava lixo e tivera o cuidado de imediatamente contactar o encarregado da higiene urbana, pouco tempo depois já estava tudo limpo. Portanto, ajudavam muito a Câmara nesse sentido, até porque agora não iam deixar ficar a Câmara mal vista.-----

----- Sobre a precariedade, não havia motivo para preocupar. Tinham feito concursos para admissão de pessoal e iriam agora iniciar outro concurso para elementos da higiene urbana. Portanto, em relação à precariedade, como o Senhor Eleito devia saber também e até devia saber melhor, não podiam admitir um elemento da higiene urbana e passado um mês pô-lo no quadro, tinha que inicialmente estar a recibos verdes. Em lado nenhum se poderia fazer o contrário.-----

----- Em relação à limpeza dos ecopontos, como acabara de dizer, procuravam fazer a limpeza e mesmo aquela que não lhes competia, que era da Câmara.-----

----- Respondendo ao Membro do PS sobre a remodelação, disse que tinha feito conscientemente, porque realmente as coisas não estavam a correr como deviam. A responsabilidade era sua, continuava consigo e conscientemente tinha feito o seu dever.-----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)**, utilizando a cedência de um minuto por parte do Bloco de Esquerda para intervenção, disse que relativamente a recibos verdes e avenças havia



[Handwritten signature]

outras figuras, contratos a termo certo e evitavam tanta precariedade, acelerava a entrada nos quadros. -----

----- Algumas questões não tinham sido respondidas, relativamente à evolução da receita e da despesa e também o Orçamento nos cinco eixos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que há três dias, como fazia todos os anos pelo Natal, tinha ido almoçar com os funcionários da higiene urbana. Era uma equipa coesa, que trabalhava como devia ser e não iam fazer greve. Portanto, vissem a responsabilidade que eles tinham para com a Junta de Freguesia e para com a Câmara de Lisboa. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que o PCP apoava todas as lutas dos trabalhadores para as suas justas reivindicações. Se os trabalhadores não iam fazer greve era o direito deles, aqueles que iam fazer tinham o apoio porque aquilo que foi prometido não foi correspondido. Logo, tinham de estar do lado dos trabalhadores. -----

----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que queria só fazer uma pequena correção ao PCP. Foi exatamente o Executivo, presidido por Carlos Moedas, que atribuiu uma reivindicação dos trabalhadores muito antiga e que tinha a ver com o subsídio de salubridade, que estavam a pedir há bastante tempo. -----

----- Tinha havido um esforço muito grande de paz social e harmonia com os trabalhadores, só que nesse processo havia uma coisa que eram os sindicalistas, era a agenda própria dos sindicalistas e que não tinha nada a ver com o direito da greve, que por vezes não tinha nada a ver com o direito dos trabalhadores, que eram legítimos, mas havia manobras de sindicalistas que tinham vindo a complicar toda a situação. -----

----- Não se compreendia a escolha do período, era mesmo para prejudicar o mais possível os lisboetas, não havia outra razão. A greve podia ser feita noutras períodos e essa era feita exatamente para ter impacto e a intenção era ter impacto político-partidário. Era preciso salientar a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara para conversar mesmo assim, apesar de ter já feito tudo o possível e não haver melhor registo anterior ao atual Executivo naquilo que era a satisfação das reivindicações dos trabalhadores. Mesmo assim havia abertura do Senhor Presidente da Câmara para conversar com os sindicatos, mas parecia que o contrário já não era verdade. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que queria só fazer um pequeno reparo a última intervenção do Membro Américo Vitorino. Os trabalhadores da higiene urbana já recebiam o subsídio de insalubridade e penosidade, não recebiam eram os afetos à jardinagem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que gostava de fazer uma nota de rodapé sobre esse problema da greve. Tinha sido nesse dia apanhado de surpresa com a informação de que estava prevista uma greve do lixo em Lisboa. Não era a primeira vez que isso sucedia nessa altura, inclusivamente noutras executivos camarários. Chegou a acontecer a greve do lixo na altura do Natal e essa sucessão de greves, que era um direito de todos os trabalhadores, um direito inalienável e que estava consagrado constitucionalmente, não era contra as greves, mas notava-se que a população começava a ficar cansada de greves sucessivas sem qualquer razão aparente, quando havia disponibilidade para conversar. Fosse no setor da segurança, da educação, da higiene urbana, em qualquer setor da sociedade, tinha havido disponibilidade de quem era poder para dialogar e encontrar pontes. -----

----- Quando isso assim sucedia, era a sua visão e que apenas a si vinculava, não existia motivo nenhum para haver uma greve. Todas as pessoas com quem tinha falado, todas elas tinham dito exatamente a mesma coisa e que estavam cansadas, sobretudo de greves à sexta-feira ou em



vésperas de feriado, quando o feriado era à sexta a greve era à quinta e depois a segunda-feira, também faziam à sexta e à segunda. Fizessem uma semana de greve seguida e aí sim, marcavam a sua posição. Assim parecia que andavam literalmente a brincar com quem trabalhava no setor privado e que muitas vezes não conseguia fazer greve.

----- O Senhor Presidente da Junta disse, sobre a greve, que na segunda-feira todos os Presidentes de Junta tiveram uma reunião na Câmara Municipal com o Senhor Presidente da Câmara e todos os Presidentes de Junta de todos os partidos estiveram totalmente de acordo em ter Lisboa limpa e de acordo com tudo aquilo que o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa disse. A seguir houve uma conferência de imprensa, em que o Presidente da Câmara informou verdadeiramente o que se estava a passar e ele foi muito sério e muito reto naquilo que disse. Todos os Presidentes de Junta de todas as facções políticas estiveram de acordo.

----- **Ponto 3 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2024 - Proposta nº 01/PRES-TCM/2024 (ANEXO 11);**

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2024 - Proposta nº 01/PRES-TCM/2024, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, BE e CHEGA) e 3 abstenções (IL e CDU)

----- Membro João Meira dos Santos (CDU) fez a seguinte declaração de voto:

----- “A razão pela qual nos abstivemos é porque nos abstivemos no Orçamento, mantemos a coerência.”

----- **Ponto 4 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Proposta nº 236/PRES/2024 (ANEXO 12);**

----- O Senhor Presidente da Junta fez a seguinte intervenção:

----- “O Orçamento de 2025 espelha uma vez mais a ação deste Executivo neste mandato, onde se apostou na ação social, na juventude, no desporto, bem como na melhoria da higiene urbana, do espaço público e das infraestruturas.

----- Este é o último Orçamento de um ciclo que assentou desde sempre em dois pilares, os fregueses e os trabalhadores da Junta, porque uns não existem sem os outros. Como exemplo poderei destacar o concurso que será concluído no próximo ano para o quadro de pessoal, numa nítida aposta na estabilidade dos recursos humanos da Junta e consequentemente numa diminuição da sua precariedade laboral.

----- Mantivemos o compromisso dos 153 trabalhadores, independentemente de situações de aposentações, mobilidades e, lamentavelmente, até por falecimento de trabalhadores no ativo. Recordo que, em 2023, dos sete procedimentos concursais comuns, foram recrutados 12 trabalhadores. Em 2024, dos onze procedimentos concursais comuns abertos, foram recrutados 21 trabalhadores. Em 2025, dos treze procedimentos concursais comuns abertos, esperamos recrutar 26 trabalhadores, por exemplo 12 para a higiene urbana, 2 para a BIR e 2 para a informática.

----- Vamos implementar um modelo de três turnos na higiene urbana, para garantir uma maior cobertura horária de apoio nesta área, só possível com a aquisição de mais 3 viaturas em 2024. Operacionalizar um novo apoio de transporte solidário, mais alargado, só possível com a aquisição de 2 viaturas em 2024.

----- Também espelha a abertura deste Executivo no acolhimento que foi dado a propostas que nos foram remetidas por outras forças partidárias, como é o caso do Orçamento Participativo, da transmissão online das Assembleias de Freguesia.



----- Contudo, não deixa de ser um Orçamento inicial difícil porque foi construído, como não podia deixar de ser, de acordo com as regras previsionais previstas na Lei, mas com constrangimentos decorrentes de apoios financeiros desfasados temporariamente entre a sua disponibilização e a sua efetiva necessidade operacional. Como é o exemplo da higiene urbana, que em 17 de dezembro de 2024 foram assinados os apoios financeiros de 310.500 euros para o ano de 2024 e o CDCR relativo a 2025, 488.000 euros, que ainda não sabemos quando mesmo se tornará efetivo. -----

----- Por este motivo, este Orçamento obrigou a que o Executivo tivesse de reduzir até maio, em diferentes setores, as despesas possíveis de forma a permitir que o Orçamento da Junta pudesse fazer face a responsabilidades anuais e incompressíveis e a sua efetiva necessidade em termos operacionais, as quais não são compatíveis com a falta de continuidade desses apoios. -----

----- Assim, é a intenção, logo que os CDCs em causa se encontrem autorizados, submeter uma revisão orçamental ao órgão deliberativo para aumentar o valor da receita da atual proposta de Orçamento, reforçando não só o setor da higiene urbana, como também os setores onde as despesas foram parcialmente contraídas.” -----

----- O assessor do Senhor Presidente disse que essa proposta de Orçamento não podia ser vista só de forma isolada. Tinham acompanhado toda uma evolução com o Orçamento de 2023, onde começou uma mudança no tipo de gestão do Orçamento, onde se pretendiam atingir alguns resultados e só se conseguia depois de algum tempo e com uma gradual alteração da própria gestão do Orçamento. -----

----- O Orçamento de 2023 era de mudança, tal como foi apresentado, o Orçamento de 2024 era para o futuro e podiam dizer que o atual Orçamento era de concretização, porque na realidade estava assente em três marcos de referência e que no fundo eram a contenção, o rigor e o desenvolvimento, a base de qualquer orçamento que pretendia ter uma visão do futuro. -----

----- Nesse momento podiam utilizar um termo verbal diferente. Antes podiam dizer que em 2023, a alteração que foi concretizada permitiu na realidade a implementação de um conjunto de procedimentos que permitiu a descentralização. Tinham em 2023 um Orçamento que não se percebia bem onde as despesas eram imputadas e isso foi feito ao longo desses dois anos. Portanto, o Orçamento atual permitia isso e iria ser concretizado, como veriam na prestação de contas do Orçamento 2024, a utilização de indicadores de desempenho, saber planejar de acordo com as necessidades efetivamente estimadas, coisa que não era possível em 2023. -----

----- Depois também permitia um planeamento e se tinham a integração correta nos diferentes setores conseguiam aquilo que normalmente se ouvia, a *accountability*, a responsabilização de cada nível do dinheiro que era gasto. Daí a questão do rigor. -----

----- Podiam dizer que era um ciclo orçamental que fechava, podiam dizer que garantiam a estabilidade que no início desses momentos haveria alguma dúvida se iriam oscilar entre aumentar e subir o número de trabalhadores, mas mantiveram aquilo que foi prometido, 153. Geriram a despesa com o pessoal através da classificação orgânica que estava concretizada, geriram as despesas das diferentes funções, programas e projetos, que estava concretizado, e geriram os CDCs em que conseguiram nesse momento conciliar o cronograma financeiro com o cronograma operacional. -----

----- Havia muitas dificuldades no início em conseguir responder à Câmara Municipal porque não tinham esse paralelismo, o cronograma financeiro com o cronograma operacional, e muitas vezes as faturas não batiam com aquilo que estava feito. Nesse momento isso não acontecia, a Câmara tinha em tempo a resposta relativamente ao cronograma operacional e financeiro. -----



JY
GP

----- O Orçamento na receita, com todos os condicionalismos iniciais, era de 7.048.000 euros. Depois havia o equilíbrio orçamental, que era basilar para a questão de o Orçamento ser considerado legal.

----- Ao contrário do ano anterior, em que a receita contemplava 1.2 milhões de euros em CDC, nesse momento contemplava 875 mil euros. A calendarização da sua atribuição era mesmo assim, no ano anterior deveriam ter gasto 1.2 milhões que não gastaram, o valor que não foi gasto iria fazer parte do saldo de gerência e nesse momento o que podiam ter legalmente em Orçamento, que era sempre a questão levantada mas Assembleias, o momento chave da utilização dos CDCs, só tinham 875 mil euros.

----- Era muito similar o valor do Orçamento inicial, tinham uma ligeira redução das transferências correntes porque era onde se incluíam os CDCs. Se baixavam de 1.2 milhões para 875 mil, as transferências correntes baixaram. No entanto, havia outra evidência, era que a atividade da Junta tinha vindo a aumentar e havia um aumento de 28% previsto em termos de atividade da Junta, na piscina e noutras áreas, nas taxas. Portanto, tinham outros aumentos da atividade da Junta.

----- Dividindo em termos de receita, chamava a atenção que eram 66,34% da dependência da Junta relativamente à administração central, 18,52% a dependência da Junta relativamente aos apoios financeiros da Câmara e 15,14% de receitas próprias que a Junta estimava conseguir ao longo do presente ano.

----- Como podiam ver em termos de despesas correntes, 90% eram despesas correntes e despesas de capital eram 9%, contrariamente ao que se passou no ano anterior e que já tinha referido com a alteração do valor que foi contemplado, 1.2 milhões para 689 mil.

----- Outra situação era a visão orgânica, uma coisa de extrema importância, estavam a ver a despesa da Junta nos seus diferentes órgãos. Verificaram também aí a própria alteração, ou seja, de olhassem a dotação inicial de 24-25 viam uma variação em que a administração autárquica aumentava. Isso podia causar algumas dúvidas, mas era pura e simplesmente porque tinham no ano passado a piscina e o pavilhão com maior valor orçamentado em obras e para 2025 tinham a sede, que não caía nas outras divisões de apoio social ou de ambiente, caía na administração autárquica que era transversal.

----- Se olhassem para o quadro de baixo, comparando a dotação inicial de 24-25, podiam ver o tal reflexo. Na administração autárquica havia na realidade 14% de aumento em relação aos 12%, aumentou o peso. Contudo, se olhassem para as duas orgânicas no fim do quadro, para a divisão de ação social e a divisão de ambiente, viam precisamente que havia aí uma diminuição de 2% por causa dessa situação.

----- Tinham pormenorização da orgânica da própria Junta. Na primeira orgânica tinham o gabinete de comunicação e imagem e gabinete de sistemas de informação e telecomunicações, representando 57% da despesa. Nos serviços de desenvolvimento económico, os licenciamentos e a fiscalização, 95% e assim sucessivamente. Chamava a atenção que 60% da despesa em termos orgânicos estava concentrada na divisão de ação social, juventude e desporto e na divisão de ambiente, espaço público e equipamento, que no fundo eram dois pilares da Junta. Não eram orgânicas de sustentação, eram orgânicas de atividade a desenvolver para com os fregueses e essa devia ser a atribuição da Junta, desenvolver atividades para com os fregueses. O Orçamento espelhava precisamente isso.

----- Se olhassem em termos funcionais, de acordo com o classificador funcional que estava previsto na Lei, se olhassem para as grandes opções podiam ver que tinham 48,57% de peso em



termos de despesa. As grandes opções eram a junção das atividades mais relevantes com o plano de investimentos e podiam mais uma vez comprovar, se olhassem para as atividades mais relevantes que não eram investimento, tinham um peso nas funções sociais de 55,56%. Depois, por causa da questão das obras na sede, tinham em funções gerais o maior peso.

----- Chegando aos CDCs, que eram a eterna questão, estavam os 875 mil euros previstos e que puderam pôr em Orçamento, estavam também os 100 mil euros relativamente a contratos de apoio para a higiene urbana. Depois era o eterno problema daquilo que não estava, o que não podiam usar e que era o caso já referido dos 77.500 euros da segunda tranche dos 355 mil que deviam ter recebido em 2024 e não receberam, e um aumento que lhes foi comunicado mais ou menos a meio do ano de 133 mil euros relativamente ao CDC base, que era de 355 mil euros. Isso chegou agora e era sempre bem-vindo, mas em termos práticos tinham que fazer uma revisão orçamental se queriam utilizar esse dinheiro, porque era esse valor que ia aumentar a receita. -----

----- Depois tinham uma situação mais grave, que era a Junta avançar com o dinheiro para dar continuidade à higiene urbana. Não podia ser criado um grupinho agora e quando viesse o dinheiro criar outro grupo, a higiene urbana era um todo contínuo, eram equipas formadas e permanentes de atividade operacional. Portanto, não podiam acompanhar a disponibilização dos CDCs, ou aconteceria que só quando fosse aprovado poderiam formar as equipas e aí estavam já outra vez no fim do ano com o mesmo problema a seguir. Portanto, o que a Junta fazia era concentrar o esforço orçamental em tudo aquilo que era incompressível, ou seja, a atividade de higiene urbana tinha de ser projetada desde o início do ano e não quando eram disponibilizados os CDCs. Isso ia fazer com que noutras atividades projetadas para a segunda parte, a partir de abril e depois de injetar o saldo de gerência, iriam diminuir essas despesas.

----- Se queriam garantir uma atividade de higiene urbana standard, com alguma fluidez, com eficácia, tinham de fazer assim, ou teriam uma higiene urbana à medida do valor que era disponibilizado e não seria possível ter a limpeza que se tinha atualmente na área geográfica da Junta.

----- Desse valor que estava ali, que parte dele receberam agora e foi aprovado nessa Assembleia, eram 798 mil euros se juntassem aquilo que já deviam ter disponibilizado em Orçamento, 11,33% do Orçamento atual. Se olhassem só para aquilo que o Orçamento devia contemplar já e devia estar ali para ser aprovado, no fundo eram 6,92% da receita total. Podiam dizer de forma perentória que o Orçamento estava diminuído em 6,92% daquilo que devia ser a receita apresentada e aprovada na Assembleia.

----- Acompanhando aquilo que alguns dos Senhores Eleitos tinham dito, isso representava 45% da despesa da higiene urbana. Para garantir esse nível de higiene urbana atualmente na Junta, custava 1,1 a 1,2 milhões de euros por ano. Não havia nada a fazer, porque em cerca de 50% das reclamações estavam a cobrir aquilo que devia ser feito pela Câmara e não era feito.

----- Havia um grupo de reação rápida para resolver problemas em questões de salubridade e em questões de limitação da mobilidade, por exemplo móveis no meio do passeio em que as pessoas não podiam passar, a Câmara era responsável e a Junta fazia porque se estivessem à espera os móveis ficavam no passeio durante dois ou três dias, mesmo a Junta insistindo com a Câmara. --

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que deixava as considerações políticas mais para a frente. Uma questão básica que tinha era na página 85, a rubrica 02.220, “outros trabalhos especializados” no valor de 1.127.000 euros. Gostaria de saber o que eram esses trabalhos, tendo em conta que estavam a falar em mais de um milhão de euros.

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que o Orçamento apresentado para 2025 era de



(Handwritten signatures)

continuidade face ao de 2024. Havia valores muito semelhantes, sendo as alterações devidas aos CDCs. Arrancámos com um Orçamento de 7.048.000 euros no ano anterior e tínhamos agora 7.086.000 euros, uma diferença de apenas de 0,54% entre os dois Orçamentos.

----- Reconheciam que enquanto não fosse revista a Lei das Finanças Locais a margem de manobra do Orçamento era curta e cada vez mais curta, como foi bem expresso na explicação do doutor Paulo Ralheta. Se vissem apenas a receita corrente, que era a receita própria da Junta de Freguesia, mas a receita da administração central fixada por Lei, as Juntas recebiam sempre esse valor e não estavam dependentes da Câmara, só as despesas com pessoal consumiam 65%. As receitas próprias da Junta mais as receitas legais que iam das transferências do Estado, só as despesas com pessoal consumiam 65% desse valor.

----- Daí também fazer um apelo a todas as forças políticas nessa legislatura, tanto do PS como do PSD, que agora era Governo, para que se acelerasse a revisão da Lei das Finanças Locais. Extravasava um pouco a Assembleia, mas como o doutor Paulo Ralheta explicou no final, esse desfasamento entre os CDCs e a despesa que tinham de fazer, nomeadamente na higiene urbana, enquanto a verba não vinha da Câmara penalizava bastante a gestão financeira das Juntas de Freguesia. O PS, tinha levado uma proposta numa das últimas Assembleias, que depois foi retirada por acordo com o PSD, no sentido de as Juntas de Freguesia fazerem alguma pressão junto da Câmara Municipal para que a maior parte dos CDCs integrassem o Orçamento da Câmara, de forma as Juntas os pudessem incorporar logo no seu Orçamento e fosse acelerado o respetivo pagamento.

----- Era bem explícita a necessidade de isso acontecer, ou acabariam por onerar o esforço que a Junta estava a fazer do seu próprio Orçamento em detrimento de outras atividades que podia fazer, só para fazer face àquelas despesas que deveriam ser suportadas pela Câmara Municipal.

----- As funções sociais nas Grandes Opções do Plano representavam 48,57%, no ano anterior tinham 61,67%, mas também ali foi explicado e percebiam que no ano anterior as componentes do desporto e ordenamento do território tinham sido as mais beneficiadas, em detrimento da saúde, cultura e ação social, que agora ia mais. Isso também dependia das verbas remanescentes dos CDCs, que aí tinham um maior peso.

----- As despesas mais significativas estavam distribuídas por diferentes áreas. Nesse Orçamento tinham um grande reforço no setor das infraestruturas, equipamentos e viaturas, que ia mais uma vez das obras da sede, também nas obras que estavam a fazer nas piscinas e no polidesportivo, em detrimento por exemplo dos espaços verdes, onde os valores remanescentes dos CDCs eram menores.

----- Os valores dos CDCs representavam 18,52% do Orçamento. Portanto, isso tinha um peso e desequilibrava essas despesas.

----- Diria que um dos aspectos positivos desse Orçamento era a preocupação com a redução da precariedade do emprego, admitindo que se ia cumprir a intenção de minimizar a contratação em regime de avença que estava prometido no Orçamento. Acreditando nisso achavam que era um aspeto positivo. A aquisição de novos equipamentos para a higiene urbana também, que estava previsto no Orçamento.

----- Obras estruturais para a melhoria do elevador do Rego, aprovaram ali uma recomendação da CDU a dizer para mandarem tudo fora e meterem uns elevadores novos. Admitia que era uma recomendação que devia ser feita, mas se calhar não tinham orçamento, era uma coisa que deviam fazer junto da Câmara. Nesse Orçamento estavam previstas obras estruturais para tentar minimizar a questão das infiltrações.



J
L
GS

----- Tinham o cabimento da verba para a transmissão online e para o orçamento participativo e, embora tivesse sido retirado aquele último ponto, a respetiva verba estava cabimentada no Orçamento. -----

----- Havia a manutenção de uma gestão por dentro do Orçamento, com o valor de 680 mil de folga que viram há pouco referida. -----

----- Tinham alguns aspetos negativos que gostavam de frisar, que já no ano passado também tinham frisado, que era a falta de transparência em algumas iniciativas que não eram totalmente explicitadas. -----

----- O orçamento da comunicação e imagem esse ano aumentava mais de 65 mil euros. Havia uma breve explicação, que era preciso comprar umas canetas e uns textos para reforçar a identidade da Junta. Isso tinha a ver com a campanha eleitoral, mas iriam estar atentos nessa matéria e esperavam que o Orçamento não abusasse nessa vertente. Havia outro exemplo, que era uma verba de 70 mil euros para a comunidade energética. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que pegando nas palavras da explicação que foi dada e já por alguns eleitos, podiam resolver o problema do Orçamento, era devolver a higiene urbana à Câmara Municipal e resolviam o problema, conseguindo finalmente gerir a Freguesia como bem entendiam. -----

----- Uma higiene urbana organizada melhorava a cidade, como se sabia, mas o problema eram sempre os sindicatos. Felizmente que havia sindicatos. -----

----- Outra questão era que estavam sempre dependentes dos CDCs para fazer obras na Freguesia, mas aquilo que se podia fazer quando negociavam os CDCs era exigir mais verba para poder fazer obras com qualidade e não fazer apenas remendos com os valores atribuídos nos CDCs. -----

----- Falou-se em rigor na apresentação do Orçamento, mas gostariam de ter tido alguma palavra a dizer que existia o estatuto da oposição, todos sabiam que esse estatuto era sempre feito no final de novembro ou princípio de dezembro, existiam datas que tinham de ser respeitadas. Quando a CDU e o PCP foram convidados foi apresentada uma única data e não havendo possibilidade de estar presente não foi possível apresentar outra, o que lamentavam desde já. De certeza que poderiam ter apresentado algumas propostas e elas estarem ou não no Orçamento, porque consideravam que a oposição também tinha direito a apresentá-las. -----

----- No que viam concretamente, a aposta no desporto era diminuta, o apoio ao movimento associativo deveria ser mais relevante. Gostavam muito de apostar no desporto, porque achavam que era importante para o desenvolvimento de uma sociedade, assim como o movimento associativo fazia muito daquilo que a sociedade e o Governo devia fazer e que relegava para o movimento associativo essa responsabilidade. Estavam numa casa que era um exemplo. Precisavam de fazer obras e tinham de pagar IVA, se precisavam de ter funcionários pagavam o mesmo que uma empresa com mil trabalhadores. Existia tudo isso e sim, estavam ao lado do movimento associativo, popular, porque era importante para o desenvolvimento de uma sociedade, não tinham qualquer problema de assumir isso. -----

----- Pegando na questão dos recursos humanos, estavam sempre a ouvir dizer que iam abrir concursos e as vagas continuavam por preencher. Esperavam que no próximo ano isso fosse finalmente posto em prática. -----

----- Via-se que estavam a ser feitas obras de melhoramento nas instalações desportivas em benefício dos utentes e com isso ia haver mais verba, que se aproveitasse essa verba para continuar a fazer melhoramentos porque havia desgaste, mas que essa verba também fosse utilizada para minorar mais uma vez a precariedade laboral que existia na Freguesia. -----



----- **Membro Américo Vitorino (PSD)** disse que ia pegar nas palavras do Partido Socialista, que referiu e bem que esse era um Orçamento de continuidade. Daí decorria que era um bom Orçamento, que ia na continuação do anterior. Mais nuance ou menos nuance e entendimentos específicos, como foi transmitido pelo eleito do PCP, independentemente de todas essas nuances era um bom Orçamento e que iria projetar o serviço do Executivo em benefício dos fregueses.-----

----- Tinha só um reparo em relação àquilo que foi transmitido sobre os contratos interadministrativos e os CDCs. Era preciso todos terem noção que nos instrumentos financeiros da Câmara havia um instrumento que ao longo desse tempo não pôde ter sido utilizado e que foi utilizado de forma bastante forte todos os anos, que foi a venda de património. Houve sempre esse recurso por parte do Executivo ao longo de todo o tempo. Como sabiam, o Executivo liderado pelo engenheiro Carlos Moedas não tinha maioria e existiam certas formas de financiamento a nível do Município que não puderam ser utilizadas. Essa era uma delas e que obviamente causou dificuldades. -----

----- Foram os Membros da oposição no Executivo que não permitiram essa almofada financeira, esse conforto financeiro, o que depois teve reflexos também ao longo do ano com as Juntas de Freguesia, sendo que a situação na parte da higiene urbana estaria resolvida para o próximo ano, logo no primeiro trimestre teriam a situação garantida anualmente e não nas tranches de seis meses, como aconteceu esse ano. Já se conseguiu esse equilíbrio, essa segurança, que iria permitir uma abordagem diferente e um trabalho diferente também com as Juntas de Freguesias, para além do reforço que também já tinha transmitido na área da higiene urbana. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que relativamente à questão colocada pelo Membro da Iniciativa Liberal tinha ficado um bocado atrapalhado com o valor, porque não sabia bem ao que se estava a referir. O Senhor Eleito viu o resumo do Orçamento em trabalhos especializados e aquele valor representava todos os serviços especializados que a Junta ia gastar ao longo do ano, serviços como contratar um psicólogo, serviços como contratar um especialista informático para instalar um software que fosse necessário. Eram esses serviços especializados que antes, erradamente, antes havia outros serviços e tinha vindo a aumentar gradualmente a passagem de outros serviços para serviços especializados porque na realidade, de acordo com a Lei, essa era a classificação correta. Antes tinham tudo integrado em outros serviços, que não se percebia nada. -----

----- Esse resumo dizia respeito a todos os serviços que foram solicitados para as diferentes orgânicas de Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que quando interrompeu a intervenção estava a referir os aspetos que para o PS eram mais negativos relativamente ao Orçamento. Um deles tinha a ver com algumas verbas na comunicação e imagem que subiam imenso, quase 1% do Orçamento, o que cheirava a campanha eleitoral e, portanto, estavam com alguma preocupação relativamente a essa matéria. -----

----- Havia também 70 mil euros de uma comunidade energética e no Orçamento não referiam qual era a finalidade desse valor que também levantou algumas dúvidas. Dizia mesmo “comunidade energética” e não sabia bem, pertenciam à comunidade da Freguesia, mas não estava explícito no Orçamento. -----

----- Outro aspeto que acharam diminuto e no ano anterior já tinham referido isso, tinha a ver com a formação profissional dos trabalhadores num ano que era especialmente exigente, porque no Orçamento estava previsto que na área das tecnologias de informação seriam as equipas a gerir o site e, portanto, haveria formação profissional nessa matéria. -----



(Handwritten signatures)

----- Na área dos recursos humanos tinham uma nova Lei que iria exigir certamente algumas mudanças, nomeadamente até no sistema de avaliação e que exigiria maior formação profissional. Pensavam que os cinco mil euros lá previstos podiam ser diminutos para isso. -----

----- Era verdade que diziam ir aproveitar as ações de formação da Câmara, não sabia se conseguiram ou não, mas achava que era um valor diminuto para a formação profissional dos trabalhadores da Junta e que deveria ser reforçada, porque a formação ao longo da vida era sempre importante. -----

----- No global não iriam alterar o sentido de voto em relação ao ano anterior, o PS iria abster-se no Orçamento. -----

----- **Membro Gonçalo Costa Santos (IL)** disse que quando se via uma rubrica com mais de um milhão de euros era natural que se quisesse saber. -----

----- Queria pedir ao Senhor Presidente que considerasse daí para a frente a declaração de voto em relação ao Orçamento. -----

----- Fez antecipadamente a seguinte declaração de voto: -----

----- *"A Iniciativa Liberal lamenta não ter podido intervir no Orçamento, nos termos da Lei, uma vez que o que se pretende com o estatuto de oposição e direito de consulta prévia é colaborar com as propostas do Orçamento, ou colaborar nas propostas do Orçamento. Ora, na reunião com o Executivo não tínhamos nenhum draft do Orçamento, nenhum rascunho do Orçamento ou conhecimento de qualquer proposta e assim é difícil participar na elaboração desse mesmo Orçamento, no espírito da Lei."* -----

----- Seria muito mais interessante se houvesse participação das forças políticas na elaboração do Orçamento, sem pôr em causa as linhas orçamentais do Executivo que democraticamente representam a maioria. É este o espírito da Lei e não a notificação com menos de 24 horas para exercer o nosso direito de oposição. Ou seja, nós fomos notificados em menos de 24 horas com uma data para estarmos lá. Eu por acaso podia estar lá um quarto para as seis, mas se não pudesse nem sequer poderia ter comparecido. -----

----- Eu acho que não é assim, que não é esse o espírito da Lei e não é isso que se quis com este estatuto de oposição. Vamos abster no Orçamento, mas gostaria que esta nota ficasse para o futuro, para que não se tratem assim as outras forças políticas." -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que tinha duas questões muito rápidas e a primeira, ainda bem que o Executivo ia adquirir mais duas viaturas para a higiene urbana para ajudar. Se o Presidente Moedas seguisse o exemplo, se calhar evitava alguns constrangimentos próximos. -----

----- O segundo ponto era que já foi falado relativamente à questão do excedente orçamental e do saldo de gerência. Se pudessem dar uma nota do que aí vinha ajudavam bastante. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ficou registado e depois seria transmitido, já tinha explicado e não voltava a repetir. Estavam sempre ao lado do povo e admitiam tudo o que a Assembleia propusesse. Também tomava em consideração o que a Iniciativa Liberal acabou de dizer. -----

----- Em relação ao PS era mais técnico e pedia ao doutor Paulo Ralheta, se quisesse dizer alguma coisa sobre isso, mas achava que o PS já estava devidamente identificado com aquilo que foi dito. -----

----- **Vogal do Executivo Luís Duarte** disse que com a verba que estava inscrita no Orçamento, no âmbito do plano de eficiência energética, gostariam muito de implementar. Isso era um tema que obrigava não apenas as autarquias e os municípios, mas também as Juntas de Freguesia. Era



um esforço que estavam a fazer, e no âmbito desse esforço, uma das iniciativas que gostariam de desenvolver em 2025 era precisamente explorar a possibilidade de criação de uma comunidade energética pela Junta de Freguesia.

As comunidades de energia renovável em Portugal estavam abrangidas pelo regime jurídico que foi criado pelo Decreto-Lei 162/2019. Estabelecia o regime jurídico que se aplicava a duas dimensões, a dimensão do autoconsumo, aqueles vulgares painéis fotovoltaicos que os consumidores podiam adquirir, colocar no telhado das suas casas e terem por essa via autoconsumo, mas esse Decreto-Lei também estabelecia o regime jurídico aplicável às comunidades de energia renovável que não eram de autoconsumo, mas para comunidades e grupos. Podiam ser condomínios, podiam ser áreas urbanas ou bairros, podiam ser parques empresariais, unidades industriais e unidades agrícolas, mas também municípios ou freguesias.

Já havia iniciativas por Juntas de Freguesia que estavam a procurar estabelecer esse tipo de comunidades, o que na prática passava pela instalação de painéis solares de produção de energia elétrica, 100% renovável, para redução da fatura de eletricidade da própria Freguesia. Estimava-se à volta de 30 a 40% de redução da fatura de energia elétrica, porque se passava a consumir energia que ia do sol e que podia ser depois partilhada em regime de vizinhança, nesse caso pelos fregueses.

O que gostariam muito de avaliar era a possibilidade de criar uma comunidade e para isso era preciso ter alguma verba, sendo que havia várias soluções de implementação, desde soluções em que a comunidade tinha de realizar o investimento todo, outras soluções onde se podia partilhar esse custo inicial de investimento com as entidades que forneciam os painéis solares e havia várias a fazê-lo nesse momento.

Só para terem uma noção, havia cerca de 3600 comunidades energéticas já licenciadas a meio desse ano e estimava-se pelo menos mais mil nos próximos tempos. Isso era um esforço que ia obrigar não só aos cidadãos individualmente, mas a todas as organizações porque os objetivos de descarbonização e de redução até zero das emissões de CO₂ eram muito ambiciosos e pensava que enquanto autarquia local tinham também um papel, quanto mais não fosse para reduzir o consumo e as emissões que advinham da própria Junta. Se pudessem, era um grande objetivo que também gostariam de prosseguir, fazer com que essa energia pudesse ser partilhada pelos fregueses.

O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Proposta nº 236/PRES/2024**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP e BE), 1 voto contra (CHEGA) e 7 abstenções (PS, IL e CDU).

Membro João Meira dos Santos (CDU) fez a seguinte declaração de voto:

"O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos essenciais à vida da Freguesia e dos fregueses e devem ser analisados com o máximo rigor e responsabilidade. No documento apresentado não se verificam muitas das preocupações dos nossos fregueses, como outras apresentadas pelo PCP e a CDU ao longo do mandato. Destacamos algumas ausências preocupantes, tais como na área da mobilidade uma estratégia para a utilização de modos suaves de transporte. Nesta área, focar também uma inexistência da estratégia para a questão dos elevadores na travessia do Bairro do Rego, em que se insiste na continuação da solução existente, nem na referência à conclusão do acesso ao apeadeiro de Entrecampos."

"Não apurámos qualquer referência ao problema habitacional e concretamente à GEBALIS, com falta de inspeções periódicas e às obras de conservação necessárias das habitações e



JY
BP

espaços que estão sob a sua gestão.

----- A problemática da manutenção dos voos noturnos e da degradação da qualidade de vida da população também não tem qualquer menção. Na área da segurança não há qualquer referência à necessidade da reabertura da 31ª Esquadra da PSP.

----- No plano da saúde não vemos referência às dificuldades que os fregueses sentem no acesso aos centros de saúde, por se encontrarem longe, nem a necessidade de reivindicar a mudança desta realidade junto do Governo Central.

----- Não vemos o empenhamento de uma agenda desportiva e de lazer que inclua todas as comunidades, nem um apoio concreto ao movimento associativo que dá vida à Freguesia, proporcionando qualidade de vida à população.

----- Continuam sem data prevista de início as obras de melhoramento do mercado do Bairro Santos, reivindicadas há muito pelos utilizadores e comerciantes.

----- Na área da educação, o reforço e melhoramento das condições das escolas do 1º ciclo sob a responsabilidade da Junta não vão ao encontro das expetativas dos alunos e dos pais.

----- A necessidade de recrutamento e aumento do quadro pessoal face à realidade da Freguesia não é concretizada no documento de acordo com as nossas perspetivas e da população, verificando-se sim um aumento das prestações de serviços.

----- O Executivo invoca que os valores dos CDCs são insuficientes. No entanto, no documento apresentado não apresentam uma visão de futuro para que esta situação seja alterada.

----- Embora o documento contenha algumas medidas, são insuficientes face às necessidades concretas da população. O Orçamento de futuro e de visão que nos é apresentado não nos afigura essa mesma visão. Com um valor de 7.048.574,03 euros, as intenções são opções políticas de quem as apresenta e nesse caso não concordamos com as opções.

----- A população das Avenidas Novas elegeu e decidiu que quem deve gerir o destino da Freguesia é os "Novos Tempos", o PSD e o CDS, e decidirá no próximo ano as opções apresentadas."

----- Pelas razões acima, o PCP e a CDU abstêm no Orçamento e Grandes Opções do Plano."

----- **Ponto 5 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Mapa de Pessoal para 2025 – Proposta nº 232/PRES/2024 (ANEXO 13);**

----- Doutora Soraia Almeida disse que o mapa de pessoal para 2025, à semelhança de anos anteriores, referia o número de postos de trabalho que a Junta de Freguesia carecia para o desenvolvimento das respetivas atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.

----- Considerando a importância estratégica da gestão de pessoas nos dias atuais, por não se tratar apenas de garantir tarefas administrativas, mas sim fazer uma gestão previsional dos postos de trabalho e das competências, que, aliada a uma organização mais eficaz do tempo e do trabalho, permitisse à organização funcionar com eficiência e eficácia e, ao mesmo tempo, valorizar as pessoas que nela trabalhavam, criando oportunidades para as motivações pessoais e o desenvolvimento individual dos seus trabalhadores.

----- Dessa forma, estava previsto para 2025, fruto dos procedimentos concursais comuns, que por acaso foram publicados nesse dia em Diário da República, caso alguém quisesse consultar, esperavam-se concluídos até junho de 2025. Iriam recrutar 26 trabalhadores para ocupar postos de trabalho vagos e não ocupados no mapa de pessoal de 2024, na sua segunda alteração.

----- Com a aprovação do mapa de pessoal para 2025 estava previsto o preenchimento de 13 postos de trabalho, entre eles 7 seriam por procedimento concursal comum para o setor de gestão



escolar e projetos educativos, gabinete de apoio ao Executivo, setor de gestão e apoio às atividades desportivas, setor de infraestruturas, equipamentos e viaturas e para o setor da higiene urbana. Dois deles estavam alocados a mobilidade intercarreiras, que também era uma forma de recrutamento, uma em mobilidade entre serviços, uma em mobilidade externa e dois por mobilidade intercategorias.

----- Disse que se tinha falado sobre a precariedade em relação ao desporto e queria só explicar. Não sabia se podia responder ao Eleito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que as explicações podiam ser dadas, não podia era dirigir-se diretamente ao Eleito.

----- **Doutora Soraia Almeida** disse que relativamente ao desporto e aos professores que tinham, nomeadamente na piscina, quando os Senhores Eleitos olhavam para o orçamento viam o pessoal como um todo, seriam 65%, mas um técnico superior por ano custava à Junta de Freguesia 26.444,53 euros. Na piscina a maior parte dos professores que davam as aulas aos fregueses, qualquer um deles teria de ser sempre um técnico superior e a muitos deles não lhes interessava. Já uma vez tinha falado sobre isso.

----- Como princípio de funcionários públicos tinham de trabalhar em exclusividade e se quisessem acumular com outras funções públicas essas não podiam ser remuneradas, para ser com funções privadas não podiam ser aquelas que já exerciam na entidade patronal. Ou seja, nenhum professor da piscina queria entrar para o quadro, sendo que como prestador de serviços receberia mais ou menos metade daquilo que custava um técnico superior, mas recebia na piscina de Avenidas Novas, recebia na piscina dos Olivais, recebia na piscina da Ajuda, do Areeiro.

----- Relativamente à higiene urbana, um assistente operacional na higiene urbana custava 21.565,05 euros por ano, um assistente operacional num outro setor custava 16.670 euros. Daí os custos com o pessoal na higiene urbana serem muito maiores do que outros setores, eventualmente.

----- Relativamente à formação, não queria deixar de dizer o porquê de só terem colocado 7.000 euros. A formação era essencial, sim. Iria ser elaborado um plano de formação, sim. Claro que aproveitavam todas as formações que a Câmara pudesse dar, eram gratuitas e dinheiro que se poupava. No entanto, formações especializadas tinham que obrigatoriamente ser pagas, eram formações que rondavam entre 200 e 250 euros por cada participante e nem todos podiam frequentá-las. Tentava-se que o maior número possível de trabalhadores pudesse tirar proveito das formações, mesmo que pagas, mas quando se fizesse em abril a incorporação do saldo de gerência seria uma das rubricas a ser reforçada. O valor que estava seria insuficiente para cobrir o ano todo de formação para a maior parte dos trabalhadores da Junta.

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que se bem tinha entendido a explicação, no próximo ano, das 49 vagas iriam preencher 24. No entanto, pelas contas que tinham feito há pouco havia 99 avençados.

----- Já foi ali dito mais que uma vez pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vogal que tinham de se fazer experiências com os trabalhadores, que o trabalhador tinha de mostrar a sua experiência... uma avaliação, pedia desculpa e retificava, quando se cometiam lapsos corrigiam-se os lapsos. Fazendo essas tais avaliações teriam sempre necessidade de preencher, porque ficava ainda algum espaço.

----- Falava-se no valor e no custo, mas se queriam ter qualidade nos serviços da Freguesia tinham de ter o custo/benefício, que era ter trabalhadores com o seu vínculo regularizado. Eram opções políticas com as quais não concordavam e pelas mesmas razões iam abster nesse mapa de pessoal.



J
JL
65

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2025 – Proposta nº 232/PRES/2024**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP e BE) e 8 abstenções (PS, IL, CDU e CHEGA).

----- Membro João Meira dos Santos (CDU) fez a seguinte declaração de voto:

----- “Tendo em conta as opções políticas tidas pelo Executivo relativamente ao mapa de pessoal, não concordando com elas, não temos outra opção senão abster.”

----- **Ponto 6 - Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Projeto de Alteração ao Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Avenidas Novas – Proposta nº 214/PRES/2024 (ANEXO 14);**

----- O Senhor Presidente da Junta disse que ainda ultimamente tiveram uma sessão no salão nobre sobre esse tema com a equipa toda responsável pela proteção civil, mas tecnicamente chamava o responsável que estava nesse momento com a proteção civil da Junta.

----- Doutor Nuno Fernandes disse que estariam a falar da aprovação da alteração ao regulamento que tinha sido aprovado no ano passado. Foi criada uma matriz por parte do serviço municipal de proteção civil com o objetivo de uniformizar o regulamento das 24 Juntas de Freguesia de Lisboa. Nesse sentido, houve necessidade de fazer a alteração, seguindo essa matriz, que foi apresentada para aprovação.

----- Membro Fernando Pereira (PS) disse que no novo documento, com respeito à matriz aprovada para todas as Freguesias da cidade, merecia a aprovação do PS, estava melhor do que o regulamento anterior, embora mantivesse lá uma nota relativamente aos voluntários onde se dizia que tinham de ter idoneidade a toda a prova, mas depois não podiam ser condenados por crimes, o que parecia um bocadinho contraproducente.

----- De qualquer forma, também não se pronunciaram enquanto esteve em discussão pública e também não era isso que ia alterar o regulamento, que estava bem.

----- Queria chamar a atenção para um erro que estava nos considerandos da proposta, a data de aprovação do regulamento na Assembleia, que foi a 27 de abril de 2023 e não 2024, como estava nos considerandos.

----- Também assinalar que entre as contribuições da unidade local de proteção civil foi incluído um ponto 11 que aconselhava a obrigatoriedade de elaborar um relatório anual das suas atividades e que esperavam viesse a ser apreciado na Assembleia. O Senhor Presidente prometia sempre, mas às vezes não cumpria e gostariam de ver esse relatório anual na Assembleia.

----- Gostavam também, tal como foi aprovado numa das últimas Assembleias, que continuassem as reuniões que o Senhor Presidente referiu junto dos fregueses para todos terem conhecimento dos principais procedimentos de proteção civil, de forma a serem mitigados os riscos.

----- O Senhor Presidente da Junta disse que estavam a planejar eventualmente fazer uma intervenção no Bairro de Santos, para satisfazer as pretensões do Membro do Partido Socialista. Fizeram uma na Junta e iriam fazer para o ano ali também.

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Projeto de Alteração ao Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Avenidas Novas – Proposta nº 214/PRES/2024**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU e BE) e 3 abstenções (IL e CHEGA)

----- **Ponto 7 – Ratificação do contrato interadministrativo de cooperação - Higiene Urbana**



J
gy
BS

– Proposta nº 256/PRES/2024 (ANEXO 15);

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que esse contrato já estava disponível nos emails e o que questionava era se precisavam de algum tempo para ler esse documento, suspendendo os trabalhos por quinze minutos para poderem ver o documento, ou se estariam confortáveis para a discussão. (tendo a Assembleia decidido pela votação imediata)-----

----- Submeteu à votação a **Ratificação do contrato interadministrativo de cooperação - Higiene Urbana – Proposta nº 256/PRES/2024**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e BE), 1 voto contra (CDU) e 3 abstenções (IL e CHEGA)

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que antes da declaração de voto queria fazer um *mea culpa* naquilo que dizia respeito às declarações anteriores, a coerência política tinha de ser feita. Lamentava as palavras, não era bem isso que queria colocar.

----- Fez a seguinte declaração de voto:

----- “*O PCP não concorda com a descentralização da higiene urbana para as Juntas de Freguesia, razão pela qual um voto contra nesta descentralização.*” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, tal como tinha ficado decidido, no final da Assembleia de Freguesia iriam abrir um período para o público poder intervir. Recordou que o período de intervenção do público servia para que os fregueses levassem à Assembleia problemas que tivessem e quisessem expor ao Executivo e aos Membros da Assembleia. O período de intervenção do público não era para fazer campanha eleitoral de qualquer partido.

----- **Freguesa Carla Matos** fez a seguinte intervenção:

----- “*Boa noite a todos. Só quero desejar a todos um bom Natal e um próspero 2025.*” -----

----- **Boa noite.**” -----

----- **Fregues Mário Lopes** fez a seguinte intervenção:

----- “*Boa noite a todos. Vim levantar aqui algumas questões que têm a ver com interesses da população, que são os seguintes:*” -----

----- *Em anterior Assembleia Municipal descentralizada a freguesa Carla Matos já tinha levantado esta questão. Na esquina, no cruzamento entre a Rua Soeiro Pereira Gomes e a Rua da Beneficência, o piso está muito degradado. É necessário haver ali uma intervenção. Todos os fregueses da zona já chamam a atenção para isso.* -----

----- *O segundo ponto em que há necessidade de uma intervenção rápida é na Rua Álvaro de Castro. Como sabem, apareceram ali os buracos junto aos restaurantes que estão ali naquela zona e o que é que aconteceu? Foi lá uma brigada com dez trabalhadores do Município e esteve a intervir naqueles buracos, ao final de dois dias os buracos voltaram a aparecer e isso está a provocar indignação dos moradores e dos comerciantes.* -----

----- *O que é que se sugere? É evidente que a rapidez é importante, mas é importante também que sejam tomadas as medidas que são mais necessárias para a eficácia da intervenção, de maneira a não termos uma situação em que vamos gastar mais dinheiro e estamos a provocar um descontentamento dos munícipes por falta de eficácia.* -----

----- *Por outro lado, registar um aspecto positivo, porque também é preciso dizer-lo, que foi a resolução daquele buraco que havia no pavimento junto ao Largo Carlos Gil, no final da Rua da Beneficência, que era muito perigoso tanto para os peões como para as viaturas e que parece estar bem resolvido e por isso também saudar esse processo.* -----

----- *Relativamente à Rua Portugal Durão, gostava de chamar a atenção para a situação do passeio que está a ser sistematicamente estragado, todos os dias está a ser estragado, o passeio*



9Y 6B

junto ao estacionamento do supermercado. Porque é que está a ser estragado? Porque, evidentemente, como o espaço do estacionamento não está a ser usado para aquilo que deve ser, que é para os veículos de carga e descarga que de manhã surgem do Minipreço, do supermercado, o segundo veículo de carga e descarga está sistematicamente a ser estacionado cá fora. Ou seja, vai haver necessidade de intervenção da Junta, de intervenção da Câmara, mas aquilo é que é uma situação que não pode continuar e que não só tem de haver uma solução do problema do mercado para permitir que aquilo não se continue a verificar, como quem está a proceder àqueles estacionamentos e à degradação da via pública tem que ser responsabilizado como qualquer outro cidadão seria responsabilizado, neste caso é uma empresa.

----- Já agora aproveito para perguntar, as obras no mercado, nós não tivemos mais nenhuma informação relativamente às obras no mercado que são reivindicadas, mas sei que foi feita uma pequena intervenção na cobertura e corrigiu pelo menos a chuva que estava a cair no espaço. Por outro lado, não sei se já conseguiram descobrir quem é a entidade que está a gerir aquilo, se é o Minipreço, se é o AUCHAN, porque o AUCHAN é que passa aos recibos. Portanto, na altura havia dúvidas e era preciso ter certeza disso.

----- Ainda a envolvente do quartel dos bombeiros, de que já se falou, seria muito interessante que se partilhasse com a população como é que vai ser o desenho daquela envolvente, já sabemos que está ali o quartel, todos acolhemos bem essa decisão, mas seria importante partilhar com a população até para que possam surgir ideias que naturalmente surgem sobre essa envolvente.

----- Por último, relativamente à esquadra de polícia, que estamos todos irmanados nessa luta, eu voltava a fazer uma sugestão que já fiz aqui. Nós temos neste momento o Governo a funcionar na sede da Caixa de Geral de Depósitos, que é um edifício enorme, certamente que vai haver lá uma esquadra, até pelas razões de segurança que sabemos, pelo menos transferir, fazer a sugestão de transferir da Penha de França para o edifício da Caixa de Geral de Depósitos a esquadra. Pode ser uma boa ideia e é uma ideia que deixo aqui, juntamente com os votos de Feliz Natal e Bom Ano Novo para todos.

----- Muito obrigado.” -----

----- **Freguesa Isabel Varão** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito boa noite a todos, velhos conhecidos, estimo muito estar aqui e ter presenciado uma Assembleia de Freguesia de grande nível e, portanto, como freguesa sinto-me muito bem.

----- Agora uma pequena questão, que vão dizer que começou tão bem e agora vai falar de lixo. Vou falar de lixo e vou falar de reciclagem e vou falar de uma população que ocupa o PER 1 e que tem tanto direito à higiene urbana como qualquer um dos presentes. Acontece que por razões relacionadas com problemas sociais graves que existem e que se repercutem nas várias comunidades, cabo-verdianas, ciganas, etc., foram queimados, isto é a minha interpretação, obviamente, foram queimados os contentores de reciclagem de papel, de plástico e outros e não foram mais substituídos. Portanto, junto ao PER 1 está um local de depósito de lixo que apenas aceita o lixo comum e, portanto, é um foco de problemas para o qual eu chamo a atenção e peço uma intervenção da Junta e da Câmara, naturalmente.

----- Relativamente ao PER 1, sinalizar o esforço que está a ser feito na recuperação que a GEBALIS está a proceder daquele edificado, que muito me alegra porque, realmente, a beleza e a conservação dos edifícios ajudam a uma boa sanidade social.

----- Pronto, é mais isto que eu queria dizer, é um enfoque que devemos ter em todas as comunidades que nos rodeiam e que precisam, realmente, de um apoio reforçado, num clima de boa vontade que, naturalmente, premeia o Natal e esta época do ano. Desejo a todos sem exceção



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

um excelente Natal e um ótimo, próspero Ano Novo. -----
----- *Muito obrigada.*" -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** desejou um bom Natal e um bom ano a todos os Eleitos, aos Membros da Mesa, aos funcionários que ali estavam presentes, ao público em geral e aos “Económicos”, que possibilitaram fazer a Assembleia ali nesse bonito edifício, bonita sala, toda alterada para melhor. Dava os seus parabéns à direção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que devia fazer nota da forma fantástica, cordial e civilizada como a Assembleia decorreu. Em nome da Mesa queria uma vez mais agradecer ao Grupo Excursionista “Os Económicos” terem cedido a sala e amavelmente os terem recebido nesse espaço que estava cada vez melhor. Dar os parabéns ao Senhor Presidente e na sua pessoa agradecer a toda a direção e corpos sociais do Grupo Excursionista “Os Económicos” por os terem recebido ali. -----

----- Ao público presente e funcionários da Junta de Freguesia, em nome da Assembleia de Freguesia, os votos de um bom Natal e que o ano de 2025 trouxesse muitos sucessos pessoais e profissionais. -----

----- Informou que no próximo dia 30 de janeiro haveria Assembleia de Freguesia extraordinária.

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta (ANEXO 16)** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO

O PRESIDENTE

Composta por 25 págs. e 16 anexos



J
H

ANEXOS

1. Convocatória.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Moção da CDU intitulada "*Mobilidade sustentável*".
5. *Moção da CDU intitulada "Saudação de apoio e reconhecimento ao Grupo de Xadrez Alekhine".*
6. *Moção da CDU intitulada "Mais mobilidade melhor qualidade de vida".*
7. Voto de Louvor do CHEGA intitulado "*Ao Grupo dos Euro Deputados do CHEGA eleitos em 2024*".
8. Voto de Louvor do CHEGA intitulado "*A Elon Musk e à reposição da liberdade de expressão*".
9. Moção do CHEGA intitulada "*Eleições Norte-Americanas e o Futuro dos Valores*".
10. Informação Escrita do Presidente – 4º trimestre de 2024.
11. 3ª Alteração Orçamental Modificativa de 2024 - Proposta nº 01/PRES-TCM/2024.
12. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Proposta nº 236/PRES/2024.
13. Mapa de Pessoal para 2025 – Proposta nº 232/PRES/2024.
14. Projeto de Alteração ao Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Avenidas Novas – Proposta nº 214/PRES/2024.
15. Ratificação do contrato interadministrativo de cooperação - Higiene Urbana – Proposta nº 256/PRES/2024.
16. Ata em minuta.